

FINANÇAS PÚBLICAS

Assembléia vai apurar 'desvio' da verba do ensino

Deputados criam CPI para investigar aplicação do mínimo de recursos fixado pela Constituição

MARIANA CAETANO

A Assembléia Legislativa de São Paulo instalou na quarta-feira uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o suposto "desvio" de pelo menos R\$ 1 bilhão devidos à educação no Estado. Nos cálculos do presidente da CPI e autor do pedido para que ela fosse criada, deputado César Callegari (PSB), o governo Mário Covas deixou de aplicar, de 1995 a 1998, no mínimo R\$ 862 milhões. Segundo ele, o Orçamento deste ano sonega ainda R\$ 211 milhões ao ensino. O deputado questiona a sistemática de cálculo adotada pelo governo sobre o repasse das verbas destinadas ao setor, o que provocaria o buraco nas contas.

A investigação não se restringe à administração tucana. Os parlamentares deverão examinar os recursos destinados à educação na última década. Em 1989, a Constituição paulista determinou que o governo repasse pelo menos 30% da receita de impostos e transferências federais à manutenção e desenvolvimento do ensino. Acima dos 25% determinados pela Constituição Federal de 1988, válidos para Estados e municípios. "Até hoje, nenhum governo gastou o mínimo determinado por lei", sustenta a presidente da Associação dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Azevedo Noronha. "A CPI é muito oportuna."

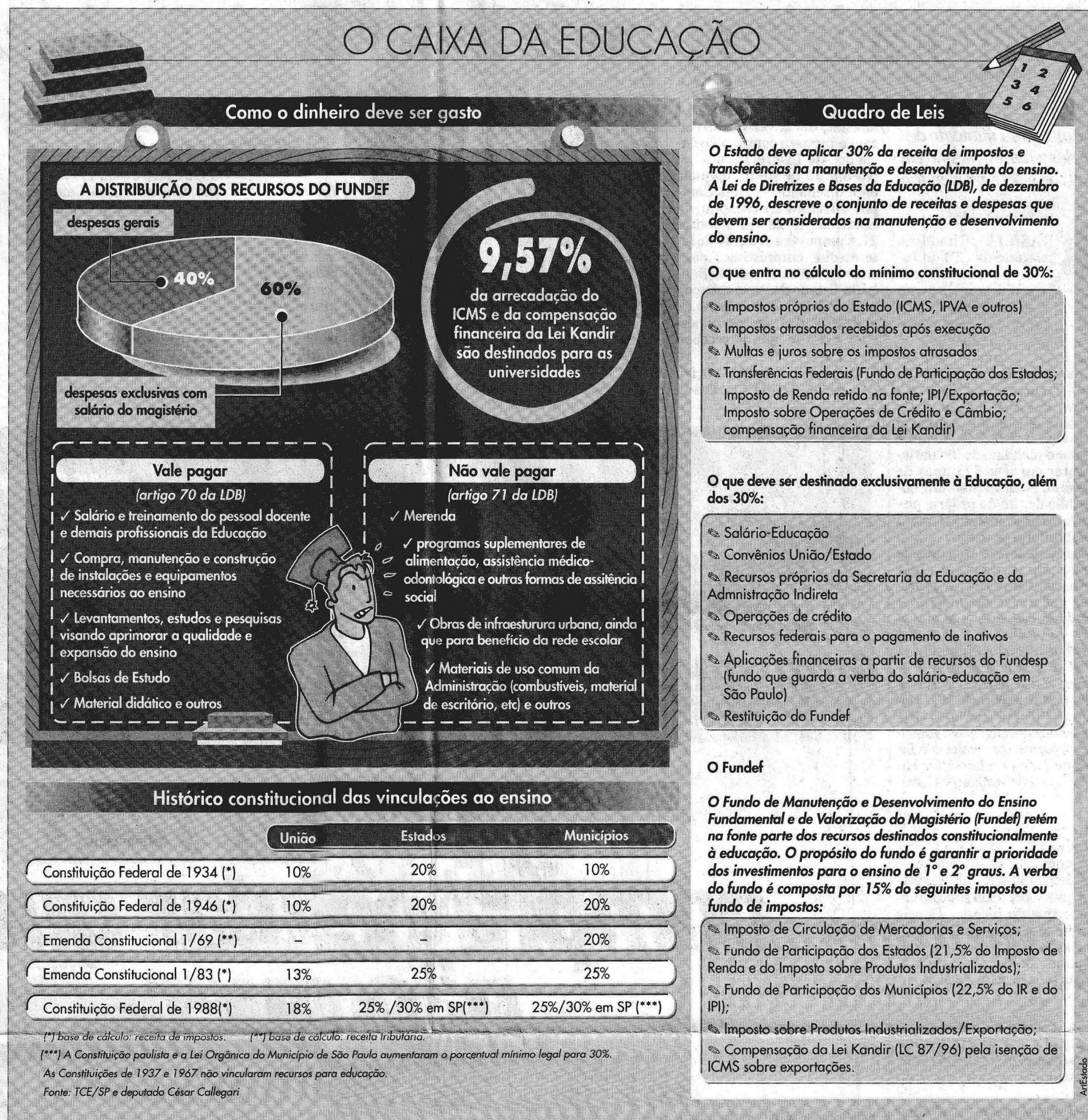
Se Maria Izabel estiver correta, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a própria Assembléia passaram recibo às irregularidades, passíveis de cassação do mandato. Todas as contas das administrações neste período foram aprovadas, inclusive as do governador Mário Covas, até 1997.

O exercício de 1998, aprovado pelo TCE, ainda depende do aval dos parlamentares. "Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9493/96), compete ao tribunal a fiscalização do cumprimento do mínimo constitucional", diz o secretário-adjunto da Fazenda, Fernando Dall'Acqua. "Vale dizer que, durante todo esse período, o governo Covas teve o atestado do órgão responsável sobre a aplicação dos 30% à educação." É esse o principal argumento citado na defesa da atuação do governo peessedebista. Mesmo a partir de mudanças adotadas na sistemática de cálculo em 1997 e 1998, o Estado manteve-se acima do mínimo de 30%, de acordo com o tribunal de contas.

Surpresa – "A Assembléia tem o direito de criar quantas CPIs achar necessárias", avalia a secretária da Educação, Rose Neubauer. "Mas uma CPI como essa causa uma certa surpresa, porque parece estar questionando o TCE, que é um órgão auxiliar do Legislativo." A mesma lógica vale para os deputados. "Falta identificar qual é a ilegalidade cometida e quem é o réu porque, juridicamente, não existe nada que justifique a criação de uma CPI", afirma Dall'Acqua. "A educação está entre as maiores prioridades deste governo e é claro que mais verbas são sempre bem-vindas." E ressalta: "Mas não é essa a questão colocada pela CPI; o que se discute é se o mínimo constitucional foi aplicado e o problema é que quanto a isso não deveria haver dúvida, pois as contas foram aprovadas pelo TCE e ratificadas pela Assembléia."

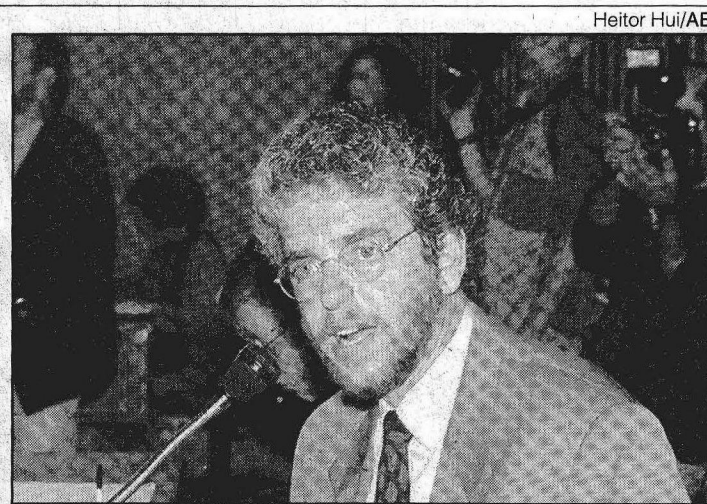
Na prática, a CPI deverá examinar a utilização dos critérios válidos para a composição das despesas e da receita destinada ao ensino. São esses critérios, em especial, que poderiam resultar em contas diferentes. Callegari questiona a metodologia usada pelo governo que, além de ilegal, estaria provocando o déficit nas contas da Educação.

Até 1997, os critérios vigentes para calcular o mínimo constitu-



“Para nós, essa CPI virou questão de honra; não dá para o deputado Callegari dizer a todo momento que não cumprimos a Constituição”

Walter Feldman (PSDB), líder do governo na Assembléia



“Queremos corrigir os erros que persistem, restituir o dinheiro devido ao ensino e apontar os responsáveis por isso”

César Callegari, líder do PSB e presidente da CPI

cional eram os mesmos utilizados nas administrações anteriores: 30% da receita de impostos e transferências federais. O problema, segundo Callegari, residia na composição da receita de impostos e das transferências. Ficavam de fora da receita as multas e juros cobrados sobre impostos atrasados e, do lado das transferências, o Estado incluía indevidamente recursos como os do salário-educação e de convênios entre o Ministério da Educação e a secretaria. Ainda de acordo com o deputado, fontes adicionais (cuja totalidade e não

apenas uma parte destina-se ao ensino) não eram consideradas nas contas do ensino. Na composição das despesas, Callegari reivindica principalmente a exclusão dos gastos com inativos. Se considerar o dispêndio com professores aposentados, as contas do deputado sobre a suposta dívida do governo Covas com a educação alcançam R\$ 5,4 bilhões entre os

anos de 1995 e 1998 e mais R\$ 1,3 bilhão em 1999.

A metodologia de cálculo foi alterada consideravelmente a partir de 1997. A partir de orientações do TCE, foram incluídas as receitas provenientes de transferências da União na base de cálculo do piso até aquele ano desconsideradas – quota paulista do Fundo de Participação dos Estados, do Imposto de Renda Retido na Fonte, do Imposto sobre Produtos Industrializados/Exportação e do Imposto sobre Operações de Crédito e Câmbio. O repasse do governo federal a título de compensação financeira pelas perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir, entretanto, foi incorporado apenas em 1998.

Fontes adicionais – Outra mudança na metodologia foi a exclusão das fontes adicionais à educação dessa mesma base de cálculo dos 30%. Ou seja, receitas como as do salário-educação e de convênios entre o Ministério da Educação e a secretaria passaram a ser computadas à parte no bolo do ensino.

Em 1998, além de incorporar as compensações da Lei Kan-

dir, o governo passou a considerar a verba de juros e multas cobrados sobre impostos atrasados e das outras fontes adicionais. Além do salário-educação e convênios, são fontes de receita específicas para o ensino, fora dos 30%: os recursos próprios da Administração Direta e Indireta (é o caso do que se arrecada eventualmente com o vestibular, por exemplo); da Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE); de operações de crédito; das aplicações financeiras do Fundo Estadual para o Desenvolvimento do Ensino em São Paulo (o Fundesp, que agrega a receita do salário-educação) e do Fundef. Os gastos com restaurantes universitários e assistência médica também foram descontados; não podem ser considerados como despesa para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Na medida em que o governo incluía as fontes adicionais, por exemplo, para somar os 30% constitucionais, diminuía o valor que tinha de tirar dos recursos próprios do Tesouro”, afirma Callegari. Para o deputado, a mudança progressiva dos

critérios de cálculo atesta a “metodologia correta” defendida por ele.

De acordo com suas contas, em 1997 e 1998, o Estado aplicou 27,86% e 29,33% da receita devida. Os dados do Executivo apontam, respectivamente, 31,01% e 30,99%, contra 32,37% e 30,83% estimados pelo TCE. “É óbvio que os resulta-

dos dependem dos critérios que se utiliza”, sustenta Dall'Acqua. “Mas a questão aqui não é o que cada um de nós pensa; o que está em jogo não é uma opção metodológica pessoal, cabe ao Executivo acatar os critérios determina-

dos e os julgamentos do TCE.” A alteração de critérios no governo Covas – que adotava até 1997 os mesmos do antecessor, Luiz Antônio Fleury Filho – seguiu orientações do Tribunal de Contas do Estado. Boa parte das recomendações do TCE foi provocada por Callegari e deputados petistas numa briga mantida desde o fim de 1996. Ela co-

meça na discussão do Orçamento para 1997 e tem sido sucessivamente retomada na aprovação da lei orçamentária e das contas anuais do governo.

“Erros” – “Queremos corrigir os erros que persistem na elaboração do Orçamento, que ainda não incorporou as principais mudanças, restituir o dinheiro devido à educação e apontar os responsáveis por isso”, explica Callegari.

A CPI tem 7 integrantes e 90 dias para desvendar o problema dos recursos para o ensino, mas pode esquentar mesmo só no ano que vem. Em dezembro, a Assembléia entra em recesso parlamentar. O líder do governo na Casa, Walter Feldman (PSDB), prometeu apoio às investigações. “Temos tentado esclarecer essa questão há tempos, mas se isso não foi suficiente, a melhor maneira de resolver é a CPI”, afirma. “Para nós, é uma questão de honra; não dá para o deputado Callegari dizer a todo momento que não cumprimos a Constituição.”

O líder do PSDB, Roberto Engler, provável relator da comissão, lembra que Callegari foi secretário-adjunto da Cultura e presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação

no governo Fleury. “Por que ele só foi prestar atenção nisso quando virou deputado?”, ataca Engler. “Eu apenas soube do problema em 1995, quando vim para a Assembléia, e isso nunca havia si-

do levantado antes”, afirma Callegari. “Além do mais, é função da Assembléia fiscalizar o Executivo.” Para Dall'Acqua, isso já foi feito. “A menos que não se considere o TCE o órgão de fiscalização legislativa e a aprovação do Orçamento assim como a ratificação das contas na Assembléia como o procedimento legislativo adequado”, provoca.

CRITÉRIOS FORAM ALTERADOS A PARTIR DE 97